

Da Tecitura Complexificadora entre Feminismos e Pós-Modernidade. Uma relação de interpelação crítica

*Carmo Marques**
*Eunice Macedo**
*Paula Canotilho**

Introdução

Neste texto, propomos uma orquestração a várias vozes, provocando o diálogo entre diversas linhas do pensamento feminista, na tentativa de realçar tanto a sua multi-referencialidade e as suas diferenças como, também, de salientar os pontos que identificamos como comuns e que nos parecem, por isso, poder constituir uma proposta enraizadora de uma conceptualização para um Feminismo Pós-Moderno.

Formulamos simultaneamente, a hipótese de apresentação dos aspectos conflituais e complementares entre as referidas perspectivas, as quais surgem suportadas na ideia da afirmação das mulheres e dos grupos minoritários como sujeitos e objectos de uma cidadania reclamada e portanto como autoras e autores da sua história. Contrapomos estas às propostas epistemológico-filosóficas que sustentam algum do pensamento da Pós-Modernidade, o qual pretendemos também interpelar, por nos parecer poder

* Mestradas em Educação, Género e Cidadania(s), na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

identificar-se neste formas prevaletentes de pensamento androcêntrico, exclutor das propostas de racionalidade feministas. É neste quadro que a figura epistemológica do 'Conflito de Interpretações' (Ricoeur referido por Henriques: S/D), ao permitir o confronto interpretativo entre essas posições, que nessa dimensão se constituem como antagónicas, nos parece poder permitir a imersão, ao nível profundo, na problemática através da dialectização dos diferentes supostos.

Por opção metodológica, os diversos saberes vão surgindo com uma (quase), irremediável espontaneidade porque procuramos remeter para uma discursividade (quase) explosiva, em que diferentes narrativas se entrecruzam sobre a trama de um ideário feminista (que recusa a linearidade). Portanto, estes vão surgindo no entretecer artesanal de uma teia *multitextural*, em que os diversos materiais ora se reconhecem, ora se conflituam, ora se associam, ora polarizam os seus supostos para a criação de um horizonte criativo. Trata-se de um diálogo em que procuramos corromper a formalidade do discurso meramente racional, direccionado, medido para lhe procurar atribuir o carácter de emotividade inerente a uma verdadeira troca comunicativa.

Ao trazermos a nossa voz para este debate entre os Feminismos e a Pós-Modernidade, entrosando, conflituando e re-contextualizando os diferentes contributos, temos como grande objectivo contribuir, na medida do possível, para a (des)ocultação, (des)construção e (re)significação dos constructos fundadores de uma racionalidade, ainda, por vezes, Iluminista que se tem vindo a revelar obsoleta face ao acentuar de uma consciência mais crítica e reflexiva acerca das realidades sociais. Pretendemos, ainda, contribuir para a tecitura criativa e colorida de um *patchwork*, com que se pretende despoletar um debate entre várias autoras e autores sobre a problemática dos feminismos numa época denominada por Pós-Modernidade, *acusada* da inexistência de uma Razão e *reconhecida* nas multi-racionalidades. No texto produzido tende-se à asserção de uma teoria de poder para as mulheres e para outros grupos minoritários.

Recusando a verborreia discursiva de poder, ligada a uma narrativa *monocultural* exclusiva, sobre uma *monociência* (falsamente) objectiva e uma *monoverdade* universalizante de um *monosujeito*, aparentemente neutro, narrativa essa surda e cega à multiplicidade de discursos que constituem a realidade e que nela, de um modo ou de outro, se entrecruzam e mutuamente se interpelam, procuramos sustentar-nos num 'paradigma de complexificação' (Correia, 2001), para propormos a utilização da linguagem como modo relacional e com papel estruturante na construção de narrativas tendentes à preposição de outras simbólicas, ligadas a perspectivas de escuta e de respeito pela alteridade em que todos e todas nos constituímos.

Assim, recusando as dicotomias (falsas) e simplificadoras, procuramos criar formas discursivas de rebeldia face ao instituído, situando-nos estrategicamente num feminismo de gestão da mudança. Este ganha corpo na construção de outros sentidos e de outras cidadanias, geradoras, por sua vez, de outras realidades que se possam vir a constituir como condicionamentos sociais mais equitativos para novas construções dos sentidos de *ser pessoa*. Trazemos, pois, ao debate, as múltiplas articulações entre os factores de género, sexualidade, classe, idade, etnicidade que se têm constituído como variáveis de opressão e de dominação para lhes atribuímos uma valência positiva, no sentido da conquista de poder, pelo reconhecimento da valia da(s) diferença(s), contrapondo, para isso, os olhares dos Feminismos e da Pós-Modernidade.

Referimo-nos, pois, ao caminhar para a criação sistemática de circunstâncias de vivência pessoal e colectiva que possibilitem o exercício das capacidades individuais e a expressão das experiências pessoais, no sentido da definição de percursos próprios de acção. Estes poderão e deverão extravasar para além dos constrangimentos institucionais, corrompendo a relação instituída entre estrutura e agência, e sendo instituintes, desse modo, do auto-desenvolvimento e da auto-determinação das pessoas nos seus contextos de vida. É nessa contingência que propomos a colocação no horizonte e no imaginário social dos direitos de igualdade, na diversidade através da re-significação destes conceitos, para permitir a (re)constituição de outros modos de ser pessoa e, conseqüentemente, a (re)construção de uma cidade mais justa, solidária e igualitária.

Da (im)possível articulação entre Feminismo e Pós-Modernidade

Numa época cuja multi-referencialidade está patente na própria falta de consenso quanto ao seu modo de nomeação, não parece também haver entre as feministas uma tomada de posição única quanto à utilidade das concepções hegemónicas sobre a pós-modernidade para os movimentos feministas. É neste quadro que Conceição Nogueira afirma '(...) a definição de pós-modernismo é muito contestada, sendo esta perspectiva muitas vezes representada como um discurso camaleão, um discurso problemático (Giroux, 1991; Halberstam, 1991; Rosenau, 1992). Por isso mesmo a sua relação com o feminismo é conflituosa e problemática' (Nogueira, 2001a: 160).

Segundo Seyla Benhabib (1995), o Feminismo e o Pós-Modernismo surgiram como duas correntes líderes e tinham grandes afinidades com o Iluminismo e a Modernidade Ocidental. Estas duas correntes não diferem

apenas nas questões terminológicas, são termos constitutivos e avaliativos, informando e avaliando as várias práticas as quais tentam descrever o pós-moderno do momento.

Ana Álvarez, '(...) enfatiza os elementos cognitivos e de reflexão dos movimentos de hoje' (2002:66), Segundo ela,

'(...) os movimentos são uma forma de acção colectiva que apela à solidariedade para promover a mudança ou impedir mudanças sociais, cuja existência é em si mesma uma forma de perceber a realidade, já que torna controverso um aspecto desta que dantes era aceite como normativo; que implica uma ruptura dos limites do sistema de normas e relações sociais em que se desenvolve a sua acção; que tem capacidade para produzir novas normas de legitimação na sociedade' (Ibid.).

Assim, o movimento feminista defende que a redefinição ou re-significação da realidade, quer dizer, a subversão dos códigos culturais dominantes, é uma das suas práticas fundamentais. A teoria feminista é uma teoria crítica da sociedade que, segundo Célia Amorós (1985) irracionaliza a visão estabelecida da realidade, lembrando-nos a raiz etimológica de teoria para sublinhar a possibilidade de uma nova visão, uma nova interpretação da realidade, a possibilidade de re-significação (Ibid.). É nesse âmbito que, reiterando esta afirmação, Kate Millett afirma que, "(...) o feminismo desafia a ordem social e o código cultural mais ancestral, universal e arreigado de entre os existentes, nas suas diversas manifestações" (Álvarez, 2002: 68). Para a teoria feminista as dimensões mais importantes para o conhecimento são, assim, as relações de género com o social, o económico e o político.

Pós-Modernismo – fragmentação ou multi-referencialidade?

A necessidade de uma re-significação da realidade, e segundo Conceição Nogueira, a definição do Pós-Modernismo associada ao feminismo, trouxe alguns problemas conceptuais ao próprio feminismo, visto que uma das características do Pós-Modernismo é a negação das metanarrativas, como '(...) o pós-modernismo suspeita de tudo o que é universalizante e generalizável, isto pode incluir também o próprio feminismo, já que o pós-modernismo acaba por suspeitar de qualquer teoria coerente' (Nogueira, 2001a: 161).

Com essa preocupação em mente, tomamos em conta as posições teóricas de alguns autores, fazendo a sua análise à luz do pensamento

feminista, na tentativa de encontrar fundamentos para este debate. Foucault e Lyotard rejeitam a ideia de existência de uma metalinguagem, uma metanarrativa ou uma metateoria, mediante as quais se possa dar conta da fragmentação e da efemeridade, o que se opõe à existência de verdades eternas e universais especificadas. Assim, opondo-se ao valor fundacional das metanarrativas como esquemas interpretativos totalizantes, argumentam em favor do 'poder-discurso', na perspectiva de Foucault ou de jogos de linguagem, no quadro conceptual de Lyotard.

No seu trabalho, Foucault desloca a relação entre o poder e o conhecimento da mera articulação com o Estado para fazer uma análise em termos da micro-política das relações de poder em contexto, da qual infere a existência de uma relação forte entre os sistemas de conhecimento ou seja dos discursos.

Já Lyotard, considera o vínculo social como linguístico, defendendo que o sujeito se dilui no entretecer de jogos de linguagem que nem sempre se articulam para a construção de sentidos. Refira-se neste contexto que os principais aspectos do Pós-Modernismo são descritos no trabalho de Jean-Françoise Lyotard, entre outros que já tivemos oportunidade de interpelar, incluindo uma forte incredulidade em relação à Filosofia, como modo de racionalidade unívoco, ou às explicações metanarrativas da cultura, pelas quais se propõe a ruptura com a periodização moderna, com a linearidade da história.

Numa primeira análise, poderia antever-se um certo grau de sobreposição entre as propostas teóricas foucaultiana e lyotardiana, de um lado, e as perspectivas feministas, de outro. No entanto, embora a negação das verdades universais abra espaço à desconstrução das relações sociais, aquilo que nem Foucault nem Lyotard parecem ter nunca presente na sua argumentação é discutir o carácter genderizado do universal neutro, patente na linguagem e na produção discursiva tida como pertinente no contexto social e académico que invisibiliza e exclui as mulheres. Torna-se, portanto, pertinente referir que nos

'(...) trabalhos das feministas pós-modernistas, a linguagem e as relações sociais [se] tornam (...) centrais para a produção do conhecimento e para a representação da experiência (Wilkinson & Kitzinger, 1995). [Sendo o] conhecimento (...) reconhecido como necessariamente pragmático e parcial, e o papel do conhecedor como inerentemente social e político (Flax, 1990)' (Nogueira, 2001a: 210).

Por outro lado, ainda, a ênfase dada por Foucault à micro-política do poder pode ocultar as desigualdades estruturais do sistema e contribuir

para a diluição aparente das bases institucionais do poder, ou seja, pode invisibilizar as grandes desigualdades ao nível macro-estrutural. Se fizermos, ainda, o enfoque na recusa das metanarrativas feita, particularmente, por Lyotard, esta traz à contenda uma forte preocupação patente no discurso de algumas linhas do Feminismo, que consiste na dificuldade da categoria de género sobreviver às críticas pós-modernas, dado estas postularem o abandono de categorias universais.

Numa reflexão mais alargada, tomemos as palavras de Jane Flax, citada por Benhabib (1995). Esta dá realce a três características fundamentais subjacentes à Pós-Modernidade. Assim refere, em primeiro lugar a *morte do homem* pela qual se deseja destruir todas as concepções essencialistas do homem na natureza, passando este a constituir-se como um artefacto social, histórico e linguístico, apanhado nas teorias da ficção, tornando-se apenas uma posição na linguagem. Em segundo lugar, a autora refere a *morte da história*, sugerindo que a ideia que existe do seu ser é mais uma pré-condição e justificação para a ficção do homem. Esta ideia de homem/história privilegia pressupostos de unidade/homogeneidade da totalidade e identidade. Por último, enfatiza a ideia da *morte metafísica*, considerando que a metafísica ocidental está sob o feitiço da metafísica de presença.

Segundo Linda Nicholson, referida por Benhabib (1995), apesar das diferenças entre o Feminismo e o Pós-Modernismo, estas teorias não são contraditórias. A teoria feminista está numa profunda crise de identidade em relação às posições pós-modernistas que podem tender a eliminar, não só a especificidade da teoria feminista, mas também as questões dos ideais emancipatórios dos movimentos das mulheres. O cepticismo feminista em relação ao pós-moderno contrapõe estas teorias que são frágeis e situam o sujeito num contexto social variado, em termos linguísticos e de práticas discursivas. A versão mais forte na tese da *morte do homem* reside no seu aprisionamento nas teias da significação que nega como referimos, a ideia de um sujeito essencial para o remeter para uma expressão linguística. Ou seja o sujeito passa a existir como elemento significativo num contexto dado. Na morte da história, rejeita-se a morte narrativa das práticas das macro-sociedades chamando a atenção para os nominalistas, que interpretavam a morte das grandes narrativas sancionando as futuras histórias locais e opondo-se à história global.

Fazendo uma crítica reflexiva, Seyla Benhabib (1995), afirma que as tendências actuais de algumas feministas são de discutir de par estas questões. Assim, a crítica social sem filosofia, nessa perspectiva, não é possível desligada da crítica social e o projecto de uma teoria feminista, comprometida de imediato com o conhecimento e os interesses emancipatórios das mulheres, torna-se inconcebível.

Todas estas características são, elas próprias, ideais no sentido weberiano, são construídas a partir da interpretação (subjectiva) que constitui o horizonte da nossa vida social. Um dos defeitos apontados à crítica feminista é a sua incidência na hermenêutica do significado. Ou seja, assumir que as narrativas da nossa cultura não são inequívocas ou incontrovertidas, porque na chamada a elas cada um poderia simplesmente ser libertado da tarefa da reconstrução e diálogo, o que nos levaria a tender para uma relação complicada de relativismo absoluto. Deste modo, parece ser lícito afirmar-se que a crítica social precisa da filosofia porque as narrativas das nossas culturas são tão conflituosas e irreconciliáveis que quando alguém recorre a elas, certas prioridades normativas, princípios e sua clarificação em nome dos quais cada um fala se podem tornar inatingíveis. O segundo defeito apontado à crítica feminista é o de assumir que as normas de uma dada cultura, sociedade e tradição serão suficientes para permitir que cada um critique em nome de um futuro desejável.

Neste quadro, uma versão do Pós-Modernismo não é só incompatível com o Feminismo como iria subestimar todas as suas possibilidades, como articulação teórica das aspirações emancipatórias das mulheres. Segundo sugere, ainda, Seyla Benhabib, o Pós-Modernismo produziu um afastamento da utopia dentro das teorias feministas da última década, na forma de essencialismo, e numa tentativa de formular uma ética feminista, uma política feminista, um conceito de autonomia e até uma estética feminista. As visões das políticas feministas são articuladas, nessa medida, com um modelo melhor para o futuro, em vez de uma democracia radical, a qual segue os valores da ecologia, do não militarismo e da solidariedade entre as pessoas.

Feminismo – um *patchwork* colorido de (re)invenção

Algumas autoras como Nancy Hartsock, Susan Bordo e Sandra Harding dirigem severas críticas ao Pós-Modernismo e acreditam que este pode causar a *morte* ao feminismo, devido à negação do universal e à fragmentação do sujeito (pós-moderno), que também fragmenta a noção unificada do sujeito social *mulher*. Judith Butler quer estender os limites da reflexão acerca do *eu* (referente às identidades femininas) para além da dicotomia sexo e género, considerando-o um meio discursivo e cultural pelo qual uma Natureza assexuada é produzida e estabelecida como pré-discursiva. As questões de sexo são um estudo epistemológico equivalente ao mito do que foi dado. Há um dualismo entre as categorias de género, sendo as identidades constituídas pelas próprias expressões que são ditas

como sendo os seus próprios resultados. Nancy Hartsock e Susan Bordo (citadas por Nogueira, 2001a) consideram preocupante o facto da categoria género não sobreviver às críticas do pós-modernismo, devido a esta fragmentação. Nancy Hartsock, num interessante trabalho em que reflecte sobre a proposta teórica foucaultiana, argumenta

‘(...) que as teorias pós-estruturalistas tal como as trazidas a lume por Michel Foucault falham em providenciar uma teoria de poder para as mulheres. [E reitera que] (...) diferentes teorias de poder suportam-se em ontologias e epistemologias divergentes, e um repensar feminista do poder requer a atenção para o seu terreno de sustentação. [Argumenta] (...) que as epistemologias surgem de circunstâncias materiais diversas. [Havendo que] (...) distinguir entre teorias de poder sobre as mulheres – teorias que podem incluir a subjugação das mulheres como mais uma variável a ser considerada, e teorias de poder para as mulheres – teorias que partem da experiência e ponto de vista do dominado. Essas teorias dariam atenção não apenas às formas como as mulheres são dominadas, mas também às suas capacidades, habilidades e pontos fortes. Em particular, essas teorias usariam essas capacidades como guias para uma transformação potencial das relações de poder – quer dizer para o empowerment das mulheres como grupo, não apenas algumas mulheres a ‘fazê-lo’ (Hartsock, 1990: 158).

No entanto, deveremos precaver-nos contra a tentação de caracterizar o pós-modernismo como cultura de fragmentação, o que supõe a existência de uma cultura modelar e normativa que se desagregou, e encarar a pós-modernidade como espaço em cujas áreas intersticiais se manifestam racionalidades múltiplas e contextuais que constituem uma nova forma de racionalidade global, não normativa e não totalitária.

Esta postura corresponderá a pôr em causa um paradigma científico de inspiração positivista, ligado à ideia de uma ciência e de uma verdade única e objectiva, reclamando, opostamente, que ‘(...) todo o conhecimento é social e individual, é local e total’ (Sousa Santos, referido por Ferreira, 1988). Isto corresponde, portanto, ao abandono do determinismo e permite a entrada ‘(...) no campo da complexidade e da interacção social, [e abandonar] (...) a crença na capacidade de a razão apreender a lógica essencial do funcionamento do social, já não [acreditando] (...) que exista a Razão, a Verdade, ou a Essência Humana. Agora referimo-nos à ciência como uma leitura possível, entre outras, do real. (...) Terá que ser neste quadro de nova

retórica científica que podemos analisar os discursos feministas (Ferreira, 1988: 96), na actualidade.

Esta asserção surge como legitimadora de se fazer a re-articulação e re-significação das diferentes matrizes conceptuais e, a partir dela, reconstruir um *patchwork* de racionalidades situadas, adequadas às necessidades dos diferentes colectivos e, dentro desses, das diferentes formas plurais de ser pessoa, a partir e nos termos das formulações das diferentes comunidades interpretativas, no quadro de uma ‘universalidade diferenciada’ (Lister, 1997). Do entretecer deste *patchwork* poderá abrir-se um espaço multi-referencial, multitextual e multicolorido para a aquisição de poder não só por parte das mulheres, como grupo minoritário, mas também de outros grupos. Estes, pela posição que lhes foi atribuída de alteridade como negação de um universal hegemónico heterossexual, branco, ocidental, da classe média e androcêntrico têm, também, sido afastados, ao longo dos tempos da tomada de decisão e da construção da sua história individual e colectiva, nos seus próprios termos.

Neste contexto, parece tornar-se pertinente para as teóricas feministas pós-modernas, a capacidade de equacionar estrategicamente os contributos dos pensadores pós-estruturalistas, para, recontextualizando-os, face às preocupações com o poder das mulheres e de outros grupos minoritários, partirem da desconstrução dos seus supostos para a construção criativa de novos significados. Como refere Ruth Lister,

‘Tem também havido tentativas para reconciliar os contributos do pós-modernismo com um ponto de partida moral claramente anti-opressivo por intermédio de uma teoria de justiça social. Jane Flax (1992: 205) (...) sugere que um elemento de justiça, compreendida como processo continuado e não como um padrão pré-estabelecido, é a ‘reconciliação das diversidades numa unidade restaurada mas nova’. A reclamação da justiça é mais enquadrada em termos da diferença do que da semelhança; efectivamente, como ela refere, é por causa das diferenças entre as pessoas que a justiça é tema. Fraser, rejeitando o divórcio entre as políticas de identidade e uma política de justiça social, argumenta que ‘as diferenças culturais podem apenas ser elaboradas livremente e mediatizadas democraticamente na base da igualdade social’ (Lister, 1997: 89).

É neste quadro que autoras como Nancy Fraser e Linda Nicholson, Jane Flax e também Donna Haraway consideram que o Pós-Modernismo pode ser um desafio ao próprio Feminismo, possibilitando ‘(...) uma

reformulação atractiva da política feminista e da teoria da diferença (...) assim como uma alternativa ao estudo do género e das relações de género e poder' (Nogueira, 2001a: 160). Estes movimentos político-culturais têm as suas *riquezas e fragilidades*, permitindo criar (...) um debate profundo e enriquecedor; ambos elaboram grande criticismo relativamente às relações da filosofia com a cultura, e pretendem elaborar novos paradigmas de crítica social (Ibid: 163). Torna-se, por isso, pertinente a sua coexistência dialéctica. Como refere Nogueira,

'(...) o pós-modernismo e o feminismo acabam por ter fraquezas e forças complementares. Os pós-modernos oferecem um forte criticismo ao essencialismo, mas as suas concepções de criticismo social são mais fracas. As feministas oferecem robustas concepções de criticismo social, mas acabam muitas vezes, por cair no essencialismo. Uma reflexão pós-moderna da teoria feminista revela os vestígios do essencialismo, enquanto uma reflexão feminista do pós-modernismo revela o androcentrismo e a ingenuidade política. (...) A possibilidade de um pós-modernismo feminista implicaria aproveitar as forças dos dois movimentos eliminando as suas respectivas fraquezas' (ibid: 164).

Feminismo – a reclamação de novas cidadanias Movimentos para além do ser 'mulher'

O Feminismo Pós-Moderno deve assumir-se na pluralidade da identidade social, substituindo noções unitárias de mulher e de identidade de género feminino, procurando a complexidade e assumindo o género como importante, dentro de outro leque de variáveis tão importantes como o próprio género: etnicidade, idade, orientação sexual, classe, etc. É no reconhecimento dessa diversidade de necessidades e experiências das mulheres, não abstractas nem universais, que se poderá optar por falar de Feminismos e não de Feminismo.

Já Ruth Lister, num trabalho fundamental para compreender tanto o conceito de cidadania como as propostas feministas para o ajustamento ou, inversamente, para a (re)invenção da cidadania em termos femininos argumenta que a,

'(...) rejeição pós-estruturalista de quaisquer categorias 'essencialistas' que negam as identidades múltiplas e fluidas que,

como argumentam, constituem cada indivíduo, vai muito além do mero reconhecimento e celebração da diversidade. Na sua desconstrução de todas essas categorias, subverte as próprias noções de 'mulher' e 'mulheres'. No entanto, nas suas formas mais 'fracas' o pós-estruturalismo ou pós-modernismo tem sido esposado por algumas feministas que ainda acreditam que as mulheres existem mas que ou revelaram ou reconheceram a falsidade de uma construção de 'ser mulher' abstracta e unitária que represente todas as mulheres. Jones, por exemplo, fornece uma concepção (...) do género como 'espaço cuja ocupação negociamos' e experienciamos de diferentes formas, em vez de um cartão de identidade rigidamente determinado' (Lister, 1997: 73).

Algumas correntes feministas apresentam vertentes com tendência mais essencialista ou/e racionalista. Por isso, defendem as '(...) 'diferenças essenciais [da mulher] em relação ao homem, enraizadas na biologia e na história, assim como na superioridade moral e cultural da feminilidade como modo de vida (...) (Castells, referido por Nascimento, 1997: 3. No entanto, é também contra esta tendência que se move o Feminismo Pós-Estruturalista e o Pós-Moderno, como corrobora Judith Butler, Susan Bordo, Chantal Mouffe e Sandra Harding, entre outras. Assim, assume-se que

'(...) o essencialismo não só dificulta a inteligibilidade das relações e identidade de género, ao presumir a existência de um homem e uma mulher universais, dificultando a articulação das diferenças das mulheres entre si, mas também enfraquece o potencial crítico feminista ao deixar encobertas outras formas de opressão (racial, étnica, de classe)' (Nascimento, 1997: 6).

O afastamento dessa perspectiva essencialista e racionalista, e a assunção da necessidade de desconstruir as identidades essenciais, tem levantado algumas questões relativamente ao fraccionamento e '(...) ao risco de uma despotencialização política' (ibid.) do movimento feminista, havendo ainda feministas que reclamam a necessidade de uma identidade feminina/feminista coerente que lhes possibilite uma potencialidade crítica.

Não deixando de reiterar o risco de enfraquecimento político do movimento feminista, Chantal Mouffe (1999) coloca-se abertamente em oposição a um conceito essencialista de identidade e preocupa-se com a construção de uma política feminista que se constitua como um projecto democrático e radical. Desse modo, defende que

‘(...) a desconstrução das identidades essenciais deve ser vista como condição necessária para uma compreensão adequada da diversidade de relações sociais a que os princípios da liberdade e da igualdade devem aplicar-se. Só quando afastarmos a concepção do sujeito como um agente simultaneamente racional e transparente para si próprio e também a suposta unidade e homogeneidade do conjunto das suas posições estaremos em posição de teorizarmos a multiplicidade de relações de subordinação’ (Mouffe, 1999: 104).

Janaína Xavier Nascimento argumenta que, ao pensar o feminismo na época contemporânea, não se pode deixar de reflectir sobre os riscos que estas autoras apontam, mas não deixa de referir que o essencialismo e racionalismo têm sido extremamente limitadores relativamente ao desenvolvimento dos processos identitários. Para esta autora,

‘(...) uma das preocupações centrais das tendências teóricas contemporâneas «é claramente a procura da definição, em graus diversos de complexidade, de uma identidade feminina e do lugar da diferença». Afastados os equívocos de uma concepção de identidade ancorada em pressupostos essencializantes e racionalistas, é fundamental que se continue a pensar sobre como as identidades estão se forjando (...) e, no caso de identidade como feminista, é crucial que se analise o lugar da acção política’ (Nascimento, 1997: 7).’

Ruth Lister, num apurado trabalho, no quadro das elaborações teóricas feministas, no qual explora as possibilidades de construção de cidadanias femininas, abre caminho a uma intervenção/acção política das mulheres mais assertiva e sustentada, trazendo ao debate uma possibilidade de compromisso em relação a estas, e outras, questões caras ao leque amplo do pensamento feminista pós-moderno. Assim, sugere relativamente à

‘(...) discussão do dilema perene da igualdade vs diferença (...) duas conclusões fundamentais. A primeira (...) é que apenas podemos escapar ao espartilho que ela impõe fazendo a ruptura com as oposições binárias que formam a substância desse espartilho, reconstruindo assim a igualdade e a diferença no quadro da diversidade (...). Isto também faz paralelo com o argumento (...) a favor de uma síntese entre o universalismo e a particularidade. O segundo é que esta reconstrução tem que tomar como objectivo

primordial a criação das condições que facilitam o encontro das necessidades humanas e o exercício das responsabilidades do cuidar de forma a assegurar que todos os indivíduos se podem desenvolver e crescer como cidadãos e cidadãs. Desta forma, a diferença é incorporada em estratégias de equidade de género sem referência a noções potencialmente essencialistas das qualidades e natureza das mulheres’ (Lister, 1997: 99-100).

Face às diferentes asserções apresentadas parece ser lícito afirmar que um dos argumentos do Feminismo Pós-Moderno é o questionamento e (re)significação do sujeito, centrando-se nas implicações práticas e teóricas da diversidade de situações das mulheres, que afecta as variáveis ‘(...) que interactuam com a de género, como são o país, a raça, a etnicidade e a preferência sexual, [tendo sido] em concreto, (...) especialmente notável o contributo das mulheres negras’ (Alvarez, 2002: 61). Torna-se assim fundamental ter em conta, como afirma Célia Amorós, a ‘(...) capacidade de cada sujeito individual de constituir-se em núcleo de síntese das suas diversas ‘posições de sujeito’ orientando-as para a transformação do sistema’ (Amorós, 1985: 322).

Feminismo e Pós-Modernismo correntes político-culturais de complexidade

Nesta contingência, Fraser e Nicholson, num trabalho a que já fizemos apelo, reconhecem que ‘(...) o Feminismo e o Pós-modernismo emergiram como duas das mais importantes correntes político-culturais da última década’ (Fraser e Nicholson, 1990: 19) e analisam as suas complementaridades e diferenças, propondo-se à formulação de uma perspectiva feminista pós-moderna crítica, desligada da filosofia – que é tida como metanarrativa dos ‘tempos modernos’.

Assim, desconstroem o Pós-Modernismo pelo seu carácter micro-fenómico o qual, segundo afirmam, inviabiliza uma análise contextual. Para isso, examinam as formas como Lyotard tentou construir novos paradigmas de crítica social através da crítica à filosofia, argumentando que essa concepção da crítica social é excessivamente restrita, não permitindo pôr em causa a dominação e subordinação de género. Nesse quadro identificam, como também fazem outras linhas do pensamento feminista que já tivemos a oportunidade de referir, a existência de

'(...) tensões internas nos argumentos apresentados por Lyotard, e (...) [sugerem] formulações alternativas (...) para formas de crítica mais robustas sem sacrificar o compromisso com o antifundamentalismo. (...) [Examinam, ainda] formas representativas de crítica social feminista (...) [argumentando] que em muitos casos as críticas feministas continuam tacitamente a apoiar-se em pressupostos filosóficos (...), como os dos pós-modernos, que (...) deveriam excluir' (ibid.: 21).

Fraser e Nicholson identificam formas possíveis de abandono desses pressupostos, argumentando em favor de uma crítica social forte, ligada a um Feminismo Pós-Moderno Crítico. Propõem-se à desconstrução do Feminismo inicial por lhe reconhecerem um carácter 'quasi-metanarrativo' essencialista e monocausal. No entanto, esta desconstrução do feminismo não corresponde a uma apreciação negativa, que seria contraditória com os princípios de sororidade, que as autoras utilizam para expressar uma solidariedade específica entre mulheres, e com a pluralidade que as autoras também defendem, mas corresponde a uma reflexão crítica de complexificação.

Para um Feminismo Pós-Moderno desconstrução, re-significação, re-utilização e re-direccionamento

Ana Álvarez, referindo-se à teoria feminista, em geral, afirma:

'A teoria feminista interpela as fontes religiosas, filosóficas, científicas, históricas, antropológicas, o chamado senso comum, etc., para desarticular as falsidades, preconceitos e contradições que legitimam a dominação sexual (sic). Este autêntico processo de libertação cognitiva, este questionamento da realidade patriarcal, pode analisar-se como uma sucessão de passos ou momentos teóricos e práticos, colectivos e individuais' (Álvarez, 2002: 69).

Enfatizamos que a teoria feminista é uma teoria de crítica à sociedade, que desafia a ordem social e os códigos culturais, dimensão que se constitui como importante para o conhecimento, articulação e transformação das relações de género com o social, o económico e o político. Como temos vindo a referir, o Feminismo associado ao Pós-Modernismo trouxe

problemas conceptuais ao próprio Feminismo, mas os trabalhos das feministas pós-modernas tornam-se centrais para a produção do conhecimento e para a representação da experiência. O Feminismo, no quadro de uma postura crítica e de inovação, tem de ser capaz de articular propostas alternativas, sustentando-se no desenvolvimento da imaginação, criatividade e plasticidade feminista reflexivas para tornar irrenunciável uma nova sociedade, mostrando como todos os seres humanos beneficiam da mudança, pondo fim à dupla reprodução do sistema patriarcal, no espaço público e no privado e desconstruindo os falsos binómios que sustentam essa divisão.

Torna-se importante referir, neste ponto, que o Feminismo tem vindo a conseguir importantes melhorias na vida das mulheres, especialmente nos países ocidentais, apesar de continuarem a existir fortes desigualdades multirreferenciais. Por outro lado, o Movimento Feminista, como movimento sustentado e sustentável, tem vindo a demonstrar forte capacidade para redefinir a realidade de acordo com os seus princípios e interesses, e introduzindo novas formas de racionalidade e de concepção do social. Não pode, por isso, como pretendem alguns grupos, resistentes à mudança e na tentativa de manutenção das desigualdades através da sua negação, equiparar-se ou identificar-se o Movimento Feminista com situações pontuais em que realiza campanhas e actos públicos em defesa das suas reivindicações.

Para além disso, a forte diversidade interna e as polémicas entre as diferentes tendências têm vindo a conduzir a uma (re)definição das suas problemáticas e estratégias mais pertinentes. Nesse sentido, pode afirmar-se que o Feminismo tem algum poder para transformar o mundo, definindo e redefinindo a realidade a partir das suas teorias e actuando sobre ela.

A definição do quadro paradigmático de sustentação do Feminismo Pós-Moderno Crítico, proposta por Fraser e Nicholson, parece dar enquadramento a esta afirmação pois as autoras tomam como supostos a necessidade de ancoragem ao questionamento, à prática, à articulação entre o singular e comum e o plural e diferente, à contextualização histórico-cultural e à unicidade do individual, argumentando em defesa de epistemologias pluricausais, falibilísticas e não essencialistas sustentadas por metodologias diversificadas. Identificam, desse modo, como riqueza desta formulação, a diversidade de uma produção teórica, atenta ao mundo vivo e tida como pluricomplementar. Assumem, deste modo, a noção de 'Feminismos' que, de certa forma, dá resposta às preocupações discutidas, também, por Nogueira, acerca de saber se a desconstrução das categorias

universais é inconciliável com a defesa da igualdade entre ‘mulheres’ e ‘homens’ e se existem possibilidades de defender o feminismo face à assunção de uma pluralidade de identidades (Nogueira, 2001b).

Na sua articulação entre o Feminismo e o Pós-Modernismo Fraser e Nicholson afirmam que tanto um como outro

‘(...) ofereceram críticas profundas e de longo alcance à instituição da filosofia (...) elaboraram perspectivas críticas acerca da relação entre a filosofia e a cultura em sentido mais lato (...) tentaram desenvolver novos paradigmas de crítica social que não se apoiam nos pressupostos filosóficos tradicionais. (...) procuraram repensar a relação entre a filosofia e a crítica social para desenvolverem paradigmas críticos, desligados da filosofia’ (Fraser e Nicholson, 1990: 19).

No entanto, afirmam também veementemente que o feminismo e o pós-modernismo são movimentos com premissas opostas. Enquanto os pós-modernos se preocuparam com o lado filosófico do problema e concluíram sobre a forma e carácter da crítica social, as feministas fizeram o enfoque na crítica social ligada à desconstrução da filosofia, procurando atribuir-lhe um novo estatuto. Tendo enfoques e origens diferentes, pós-modernismo e feminismo apresentam ‘valências e fragilidades complementares’. Enquanto os Pós-Modernos fizeram fortes críticas ao fundamentalismo e ao essencialismo, revelando as suas limitações, as feministas desenvolveram concepções robustas da crítica social, sustentadas, embora, às vezes, no fundamentalismo e no essencialismo, mas desocultando o carácter androcêntrico e uma certa ingenuidade política dos Pós-Modernos (Nogueira, 2001b). É nesta contingência que Nancy Fraser e Linda Nicholson defendem que o interesse de ‘(...) um encontro entre o feminismo e o pós-modernismo é a possibilidade de uma perspectiva que integre as suas valências respectivas enquanto elimina as suas fragilidades (...). É a perspectiva de um pós-modernismo feminista’ (Fraser e Nicholson, 1990: 20).

Parecendo situar-se no quadro das teorias desconstrucionistas, Judith Butler, num interessante trabalho acerca das controvérsias feministas, rejeita o universalismo e os etnocentrismos, enfatizando a ideia de que a mulher, o Feminismo, o ‘sexo’(sic)²⁵ e a violência são construídos socialmente, sendo necessário re-equacioná-los e re-significá-los para possibilitar uma agência feminina radical. Esta pode ser manifestada em

25. Optamos pela utilização do conceito de género como constructo social, distanciado do conceito de sexo biológico.

diferentes Feminismos e sustentada numa epistemologia de escuta e de auto-questionamento. Neste trabalho, a autora rejeita o conceito de Pós-Modernidade, reiterando que este é complexo e aplicado a teorias que, de algum modo, se contradizem.

É neste sentido que afirma peremptoriamente, parecendo rejeitar a produção teórica pós-moderna androcêntrica e sustentar-se, de algum modo, numa perspectiva dual, em que parece assumir o binómio da diferença homens/mulheres, em termos do biológico mas também do social: ‘Não sei o que é pós-modernidade’ (Butler, 1995: 51).

Argumenta em defesa da criação de novos princípios fundadores a partir da desconstrução, re-significação, re-utilização e re-direccionamento urgentes dos conceitos de universal – que serve à manutenção do poder hegemónico, de sexo (sic) – que ‘(...) impõe uma dualidade e uma uniformidade nos corpos no sentido de manter a sexualidade reprodutiva como ordem compulsiva (ibid.: 52);’ de matéria ou de corpo – que surge como instrumento de poder repressivo; de mulher – como categoria de identidade normativa, exclusora e imobilizada em termos de subordinação; de agência feminina – como prerrogativa política; e de sujeito – categoria que é constituída ‘(...) através da exclusão e da diferenciação (...) que distinguem o sujeito do exterior que o constrói, um domínio de alteridade objecta associado normalmente ao feminino’ (ibid.: 46).

Uma Teoria de Poder para as Mulheres e Outros Grupos Minoritários

Apesar das diferenças nas matrizes conceptuais das duas autoras, parece encontrar-se em Nancy Hartsock, argumentos que reforçam a ideia proposta por Judith Butler. Nancy Hartsock, feminista que tende a radicalizar bastante as suas posições quanto ao debate Pós-Modernidade vs Feminismo reitera: ‘(...) não argumento que as mulheres são um grupo unitário (...). Em vez disso, aponto uma forma de olhar para a característica mundial da classe dominante eurocêntrica, branca, masculina, uma forma de dividir o mundo que põe um sujeito onnipotente no centro e constrói Outros marginais como combinações de características negativas’ (Hartsock, 1990: 161).

Com base nestes supostos, esta autora argumenta também que a chamada *Pós-Modernidade* ao questionar a possibilidade de existência de uma teoria que explique o mundo e a organização sistemática da sociedade vem de certa forma silenciar a voz das mulheres e dos grupos minoritários. No entanto, esta afirmação parece-nos bastante questionável, já que, como temos vindo a defender, não sustentamos a nossa argumentação numa ideia de fragmentação mas da possibilidade de convívio entre diferentes

racionalidades que se entrecruzam em processos mais ou menos conflituais (ou, mais ou menos consensuais), sendo necessário, estrategicamente, tirar partido de formulações anteriores para as re-contextualizar à consciência de outras realidades, até há algum tempo, invisibilizadas e silenciadas. A autora reforça ainda a sua ideia, afirmando:

‘Eu argumento que estes movimentos intelectuais não ocorrem por acidente (nem por conspiração). Eles representam a voz transcendental do Iluminismo tentando acertar agulhas com as mudanças históricas e sociais dos meados para fins do século XX. No entanto, as formas particulares que esses esforços têm tomado indicam falta de imaginação e reflectem o facto de as modalidades de pensamento dominantes estarem aprisionadas aos paradigmas e valores dos paradigmas Iluministas’ (ibid.: 164).

Nancy Hartsock desenvolve esta argumentação na tentativa de formulação de uma teoria de poder para as mulheres, sustentando que,

‘(...) temos de nos engajar no processo histórico, político e teórico de nos constituirmos a nós próprias tanto como sujeitos como objectos da história. Temos que reconhecer que podemos ser as fazedoras da história e também os objectos daqueles que têm feito história.(...) Mas (...) temos que dissolver o falso «nós» (...) pela sua multiplicidade e variedade e a partir dessa multiplicidade concreta construir um «dar conta» do mundo como é visto das suas margens, um «dar conta» que pode expor a falsidade da vista de cima e que pode transformar as margens juntamente com o centro. (...) que trate as nossas perspectivas não como conhecimentos subjugados ou incomodativos, mas como primordiais e constitutivos de um mundo diferente’ (ibid.: 171).

Ao fazer esta proposta a autora não pretende, no entanto, apelar à construção de outro discurso totalizador e falsamente universal como aquele que é objecto da sua crítica, o pensamento Iluminista e o Pós-Modernismo, os quais considera perspectivas do ponto de vista do ‘colonizador’ as quais, necessariamente, se opõem às perspectivas dos ‘Outros colonizados’. Para além disso, a autora reconhece que a história de marginalização a que as mulheres e outros grupos minoritários têm estado sujeitos impedi-los-á de desenvolver qualquer discurso totalizador.

Apesar da sua argumentação contra a desconstrução pós-moderna do discurso da modernidade, que considera perigosa para os grupos minoritários, a autora parece reconhecer que as mulheres e os outros grupos têm desenvolvido aprendizagens a partir desse discurso. Argumenta ainda sobre a necessidade de desenvolvermos

‘(...) o nosso trabalho com uma base epistemológica que indica que o conhecimento é possível – não apenas conversa ou um discurso acerca das formas como as relações de poder funcionam. (...) compreender como o poder funciona em sociedades opressivas é necessário. Mas se pretendemos construir uma sociedade nova, temos que nos assegurar de que algum saber sistemático sobre o mundo e nós próprios/as é possível. (...) Para criar um mundo que expresse as nossas imagens várias e diversas, temos de compreender como ele funciona’ (Hartsock, 1990: 172).

Torna-se interessante verificar que na sua formulação de uma teoria de poder para as mulheres, a autora parece ir-se demarcando de uma aparente posição de essencialismo biológico para assumir cada vez mais o carácter sócio-cultural e histórico das relações humanas, pois reitera a necessidade de compreender essas relações como ‘mediatizadas pelo mundo (Freire, 1997),’ para transformar essas relações e esse mundo.

Assumindo-se abertamente como pensadora marxista, o que no nosso entender, enriquece, como princípio fundador, a sua teorização, a autora parece ter aqui a preocupação de reconhecer que mesmo uma teoria de poder para as mulheres, ligada a um paradigma epistemológico feminista tem que assumir como fundamental a variável classe, como orientadora das possibilidades de leitura do mundo dos diversos grupos. Para além disso, fazendo uma análise aprofundada da natureza e formas do poder, afirma ainda que

‘(...) a nossa compreensão do poder tem que reconhecer a dificuldade de criar alternativas. [Pois a] classe, raça e género dominantes estruturam activamente as relações sociais-materiais nas quais todas as partes são forçadas a participar; a sua visão, por isso, não pode ser abandonada simplesmente como falsa ou mal orientada. Em consequência, os grupos oprimidos têm que lutar em defesa dos seus modos de compreensão o que representará conquistas requerendo tanto teorização como a educação que se desenvolve na luta política’ (Ibid).

É nesse âmbito que argumenta ainda que a visão do mundo através do olhar dos oprimidos expõe o carácter desumano das relações entre as pessoas, apelando à acção política. Assim defende que '(...) a teoria do poder para as mulheres, para os oprimidos, não é aquela que conduz a um virar de costas ao compromisso mas antes aquela que é um apelo à mudança e à participação para alterar as relações de poder (Ibid.)'. A autora identifica ainda, neste trabalho, a necessidade de reconhecermos na nossa experiência de vida formas de criticarmos a cultura dominante para, em seguida, criarmos alternativas. Considera que a descrição e análise crítica das experiências de vida das minorias, como ponto de partida para a crítica aos grupos dominantes, se constitui como arma fundamental para a construção de um novo paradigma sobre o mundo '(...) sensível às realidades de raça e género e também de classe (Ibid.)'. A autora conclui a sua teorização parafraseando Marx para afirmar que o que faz sentido é '(...) mudar o mundo, não apenas para nos re-descrevermos ou [o] reinterpretarmos' (Ibid.).

Uma Possibilidade do Feminismo na Pós-Modernidade

Virgínia Ferreira (1988) considera que o Feminismo, tendo em conta as '(...) mudanças verificadas ao nível da relação entre indivíduos e o Estado Providência e a crise das ideologias colectivas, por um lado, e as mudanças do paradigma científico, por outro (Ferreira, 1988: 93)', só poderá ser considerado como um movimento de transformação social na perspectiva da diferença entre mulheres '(...) ao não privilegiar a esfera do biológico mas a do social, onde a mudança é possível' (Ibid.).

Ao analisar o Feminismo na Pós-Modernidade cai-se, frequentemente, no debate relativamente à sua denominação: Feminismo Pós-Moderno ou Pós-Feminismo? Serão estas denominações sinónimas? Segundo a mesma autora a '(...) expressão «pós-feminismo» (...) encerra [a ideia] de que o feminismo é um movimento ultrapassado, que teve a sua utilidade e cumpriu a sua missão no momento em que a história e o progresso o exigiram, mas cuja filosofia e formas de organização se tornaram obsoletas na nova conjuntura social (Ibid: 94)', colocando o feminismo com um estatuto *de fora de moda*. Conforme se esclarece no *The Dictionary of Feminist Theory*, este termo é '(...) usado, às vezes, (...) para indicar que o movimento feminista já não é necessário porque as mulheres atingiram a igualdade legal. Isto não deve ser confundido com Feminismo Pós-Moderno. [O conceito de] (...) Pós-feminismo é também às vezes usado no contexto do relativismo pós-moderno no qual o conceito unitário de '*mulher*'²⁶ é atacado pelos anti-essencialistas e considerado como já não sendo válido. Aqui as diferenças entre as mulheres podem parecer tão grandes que um movimento

político para o progresso e mudança para as '*mulheres*' não é visto como possível' (Humm, 1995: 215).

No entanto, ao analisar o Movimento Feminista refere que é necessário reflectir que a crise que o Feminismo atravessa é partilhada por todos os outros projectos de transformação social global. Este pretende, por um lado, interpelar as condições sociais das mulheres e, simultaneamente, dar-lhes a capacidade de as melhorar (como forma de emancipação) eliminando, por outro, as desigualdades sociais entre homens e mulheres, que afectam toda a sociedade na sua globalidade. Consideradas estas não só em termos de género mas também de orientação sexual, de etnicidade, classe, ideologias, idade, etc.

Na análise do Feminismo, numa época denominada por Pós-Modernidade, o problema parece, assim, consistir '(...) em definir a maneira pós-moderna de ser feminista, uma vez que é certamente consensual a afirmação de que as mulheres continuam a viver uma experiência social passada sob o signo da discriminação, quer ela seja económica, política, sexual, jurídica ou meramente ideológica (Ferreira, 1988: 94-95)'. Desta forma, posiciona-se contra o estatuto *de fora de moda* que algumas perspectivas lhe pretendem atribuir.

Parece tornar-se, deste modo, necessário equacionar qual o feminismo que nos interessa, como movimento emancipador e possível de transformação social.

Numa época em que '(...) ressalta são os temas da diversidade de interesses, de precariedade das identidades sociais, da fragmentaridade e da reversibilidade do *eu* e da mobilidade das pertenças sociais (ibid: 95), a diferença (as diferenças) ganha grande impacto, valorizando-se as subjectividades individuais, é '(...) pois, a partir da problemática da diferença que se tentará ligar os fios da pós-modernidade e do feminismo' (Ferreira, 1988: 96). Há, no entanto, que estar atento pois as

'(...) subjectividades são espaços de desunião e de conflito, não apenas entre grupos sociais diferentes, mas também dentro de cada indivíduo. No entanto não são individualmente construídas. Embora a síntese seja individual, a construção é social, implica a utilização de códigos simbólicos e linguísticos pré-existentes, produzida em interacção social' (Araújo e Magalhães, 1999: 25).

A questão da diferença tem sido tratada no Movimento Feminista de duas formas. Enquanto algumas perspectivas, como já referimos,

26. Itálicos nossos

equacionam e enfatizam a diferença entre homens e mulheres, adquirindo, por vezes, uma dimensão essencialista, outras perspectivas reiteram a necessidade de reconhecimento da diferença entre mulheres, reclamando o direito à divergência identitária, em termos do direito à escolha e à possibilidade de procura e conquista permanente do *ser*. É este último sentido, o domínio da diferença entre mulheres e, mais especificamente, o carácter fragmentar ou multi-discursivo das suas identidades e o fraccionamento dos seus movimentos, que permite ao Feminismo *ser* um movimento de transformação social, numa época tão conturbada como aquela em que vivemos, pois o conhecimento pós-moderno tende a recusar um

‘(...) tipo de raciocínio binário [que] funciona por oposições em que cada lado opositor define modos inequívocos de pertença. Ao contrário, procura o conhecimento da complexidade, da inter-relação, da ambiguidade e da multiplicidade. Uma *démarche* que procura sobretudo encontrar os elementos da diferença entre homens e mulheres fica forçosamente fora da modernidade’ (Ferreira, 1988: 99-100).

É neste sentido que, na Pós-Modernidade, o discurso feminista ganha também relevância ao assumir a pluralidade de *ser mulher*, recusando significações homogeneizadoras sobre a identidade feminina e procurando dar relevo à voz de todas as mulheres. Ferreira capta de forma sagaz a riqueza e plurireferencialidade deste movimento, definindo as suas premissas e aventando as suas possibilidades de intervenção e de ruptura com o *status quo*. Assim afirma que no Movimento Feminista,

‘(...) a compreensão deste processo de fraccionamento [se] alcança (...) no reconhecimento da fragmentaridade das identidades e dos interesses das mulheres. As feministas radicais sentiram necessidade de especificar as suas diferenças relativamente às liberais, as negras relativamente às brancas, as lésbicas relativamente às heterossexuais, as marxistas relativamente às não marxistas (...). O presente processo de fragmentação traduz, de facto, a recusa da ideia ontológica humanista de um eu feminino, a recusa de Uma Verdade, Um Conhecimento, Um Eu (...) a recusa da crença na MULHER. Esta atitude traduz o abandono de maneiras de pensar holísticas, lineares ou teológicas que façam assentar a explicação da situação social das mulheres num único factor, e é

verdadeiramente consonante com a filosofia pós-moderna do conhecimento’ (ibid.: 101-102).

Assumir a diferença no domínio da diferença entre as mulheres afasta-nos, assim, do biológico e desloca-nos para o domínio do social, dando relevo à face positiva da discordância, à afirmação de si, e à recusa daqueles que têm sido os princípios fundadores da vida social, estabelecidos segundo binómios de dominação e submissão, de legitimação de uns com o direito de ser e deslegitimação de outros, como não-ser. O Feminismo *da* e *na* Pós-Modernidade tem que distanciar-se do campo das metáforas biológicas e (re)situar-se na metáfora da complexidade, da multi-referencialidade e da inter-relação, captando a multiplicidade dos significados dos fenómenos e processos sociais, numa análise crítica do género. É também neste sentido que o Feminismo ganha relevância na Pós-Modernidade, pois

‘(...) a luta pela não discriminação passa para o campo das subjectividades inter-individuais, para a gestão pessoal das relações e dos afectos. (...) o poder [concebe-se] (...) agora como descentrado, complexo, multimodal e multifocal, as reivindicações feministas deixam de se focalizar no Estado para se dirigirem cada vez mais para as relações a nível micro-social, no face-a-face dos indivíduos com outros indivíduos e com as instituições. (...) impõe, que se organizem grupos em torno de problemas e objectivos concretos e limitados. Estes grupos podem transformar-se em grupos de pressão na opinião pública, nas instituições públicas ou privadas implicadas na resolução do problema (...) criam redes de pertença social, e ainda que se façam e desfaçam à medida dos ritmos da mudança social, podem potencializar energias para finalidades socialmente úteis’ (Ferreira, 1988: 102).

Para uma Abertura Pós-Moderna (In)conclusiva

Tecemos este texto, optando por utilizar metáforas tradicionalmente ligadas a uma actividade feminina de submissão, e procuramos reclamar que mesmo estas podem ser re-significadas no sentido da conquista do poder. Para isso, trouxemos à colação ideários complementares ou opoentes com que fomos explicitando e construindo os nossos pareceres. Bem ao modo criativo do trabalho artesanal feminista.

Começámos por problematizar criticamente as dificuldades de relação entre o Feminismo e a Pós-Modernidade. Para isso, situámo-los como movimentos político-culturais, partindo de uma proposta de compreensão desse conceito. Em seguida, passámos a um percurso de leitura do Feminismo, que caracterizámos como um modo de ser sustentado na re-significação da realidade a partir da subversão dos códigos culturais dominantes.

Fizemos, posteriormente, a análise do Pós-Modernismo, enfatizando a sua recusa das metanarrativas, das metateorias e das metalinguagens, percorrendo brevemente as propostas conceptuais de Foucault e de Lyotard, as quais decomposemos à luz do pensamento feminista. Esta passagem conduziu-nos à reflexão acerca de três características fundamentais da Pós-Modernidade: a recusa do essencialismo, ligada à ideia da morte do homem, a recusa da unidade teleológica, sustentada na noção da morte da história, e a recusa do transcendente, suportada no conceito de morte da metafísica.

Auscultámos, ainda, as possibilidades de uma conciliação entre o Feminismo e a Pós-Modernidade, apesar das divergências destes movimentos, discutindo as suas fragilidades mútuas, para em seguida apresentarmos perspectivas feministas que situam esta última como um risco, dado o seu carácter de fragmentação. Refutámos esta ideia, contrapondo-lhe a noção de emergência de mini-racionalidades potencialmente conducentes a posicionamentos e leituras múltiplas do real que constituem a trama do *patchwork* colorido da Pós-Modernidade. Alertamos, nesta instância para a pertinência das teóricas feministas pós-modernas, de equacionar estrategicamente os contributos dos pensadores pós-estruturalistas, para os recontextualizar face às preocupações com o poder das mulheres e de outros grupos minoritários. Nesta perspectiva, em que nos situámos, Feminismo(s) e Pós-Modernidade deixam de se constituir como movimentos antagónicos para assumirem um cariz de complementaridade, podendo reforçar-se pela eliminação mútua de fragilidades.

Partimos, em seguida, à descoberta de um Feminismo Pós-Moderno suportado na recusa do essencialismo, conceito cuja necessidade de desconstrução e ruptura procurámos evidenciar. Feminismo esse sustentado, portanto, na assunção da pluralidade da identidade social, e na noção de que as categorias de género, etnia, idade, orientação sexual, classe, nas suas múltiplas possibilidades de articulação se podem constituir em lugares de opressão e dominação ou, inversamente, em espaços negociados de conquista de poder. Esta asserção levou-nos também a explorar as possibilidades de construção de cidadanias femininas, ligadas a uma nova concepção de sujeito e de sistema social.

Fizemos, ainda, o reconhecimento do Feminismo e do Pós-modernismo como duas das mais importantes correntes político-culturais das últimas décadas, analisando as suas complementaridades e diferenças, e propondo a formulação de uma perspectiva feminista pós-moderna crítica, desligada da filosofia – que é tida como metanarrativa dos ‘tempos modernos’. Assim, desconstruímos o Pós-Modernismo pelo seu carácter micro-fenomenológico o qual inviabiliza uma análise contextual, examinando as formas como Lyotard tentou construir novos paradigmas de crítica social através da crítica à filosofia, e argumentando que essa concepção da crítica social é excessivamente restrita, não permitindo pôr em causa a dominação e subordinação de género.

A título de síntese tomámos o parecer de teóricas feministas que concebem a possibilidade de sobrevivência e reforço do Feminismo nos tempos Pós-Modernos, o que permitiu a apresentação de um novo ensaio de articulação entre os dois movimentos, pela discussão das suas premissas, no caminho da preposição de um Feminismo Pós-Moderno Crítico ligado às ideias de desconstrução, re-significação, re-utilização e re-direccionamento. Avivámos o diálogo, contrapondo a estes saberes as perspectivas de outras feministas que recusam a ideia de Pós-Modernidade.

Após este esforço de clarificação de algumas, entre as múltiplas, possibilidades de diálogo entre o Feminismo e o Pós-Modernismo, apresentámos a proposta de formulação de uma teoria de poder para as mulheres e outros grupos minoritários sustentada tanto na compreensão das diferentes formas que o poder pode assumir como na ideia de acção para a transformação da realidade e da história em que nos podemos constituir como sujeitos e objectos.

Terminámos esta explanação com a explicitação do conceito de Pós-Feminismo que por vezes surge confundido com o de Feminismo Pós-Moderno; e com uma súmula acerca de algumas das dificuldades com que se tem deparado o movimento feminista.

Numa fase da exploração em que deveríamos concluir, tal pareceu tornar-se impossível... Que Feminismo(s) interessará na Pós-Modernidade? Foi a questão crucial que fomos colocando durante a reflexão subjacente ao gerar deste texto.

Reconhecendo que a negação de Uma Verdade Única, de uma metanarrativa, e a negação da análise das relações de poder sustentada no biológico, que coloca umas como *oprimidos* e *Outro* como opressor, torna a reflexão sobre o(s) Feminismo(s) mais complexa, assumimos as suas multi-racionalidades.

Reconhecendo o movimento feminista como uma composição colorida e de texturas diferenciadas, onde é possível a polifonia às vezes harmoniosa, outras conflitual, torna-se possível falar deste como um colectivo plural, unido contra as mais variadas discriminações a que mulheres e homens estão sujeitos, que reclama e *age* no sentido de cidadania(s) equitativas e plenas, justas e inclusivas, pois reconhece e denuncia que a cidadania (dita) universal é exclusora. É neste sentido que se pode falar em Feminismo Pós-Moderno, um feminismo que é crítico relativamente aos riscos que corre, mas que assume o desafio das suas cores.

A Pós-Modernidade e o Feminismo Pós-Moderno constituem-se, pois, como dois movimentos político-culturais, que se *vigiam* simultaneamente, *acusando-se* um ao outro das *fragilidades* que os integram. No entanto, parece-nos que o Feminismo Pós-Moderno, sendo crítico relativamente a si e ao projecto da Pós-Modernidade (que continua a assumir-se em muitos sectores da vida político-social e também ao nível da produção teórica no paradigma hegemónico afirmado na modernidade), pode também constituir-se como uma mais valia na construção da(s) *cidade(s)*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Álvarez, Ana (2002), *O Feminismo ontem e hoje*, Lisboa, Ela por Ela.
- Amorós, Célia (1985), *Crítica de la razón patriarcal*, Barcelona, Anthropos.
- Araújo, Helena Costa, Magalhães, Maria José (1999), *Des-Fiar as Vidas. Perspectivas Biográficas, Mulheres e Cidadania*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres.
- Benhabib, Seyla (1995), "Feminism and Postmodernism: An Uneasy Alliance" Em Seyla Benhabib, Judith Butler, Drucilla Cornell e Nancy Fraser, *Feminist Contentions – A Philosophical Exchange*, New York and London, Routledge.
- Butler, Judith (1995), "Contingent Foundations: Feminism and the Question of 'Postmodernism'". Em Seyla Benhabib, Judith Butler, Drucilla Cornell e Nancy Fraser, *Feminist Contentions – A Philosophical Exchange*, New York, Routledge.
- Correia, José Alberto (2001), A Construção Científica do Política em Educação, *Educação, Sociedade & Culturas*, 15, 19-43.
- Ferreira, Virgínia (1988), Feminismo e Pós-Modernidade, *Revista Critica de Ciências Sociais*, 24. Março.
- Fraser, Nancy e Nicholson, Linda (1990), "Social Criticism Without Philosophy: an encounter between Feminism and Postmodernism", Em Linda Nicholson (Ed.), *Feminism/Postmodernism*, New York, Routledge, 19-38 .
- Freire, Paulo (1997), *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*, São Paulo, Cortez.
- Hartsock, Nancy (1990), "Foucault on Power: a theory for women?" Em Linda Nicholson (Ed.), *Feminism/Postmodernism*, New York and London, Routledge.
- Henriques, Fernanda (S/D), *A Alteridade como mediação Irrecusável –uma leitura de Paul Ricoeur*, Universidade de Évora (graciosamente cedido pela autora).
- Humm, Maggie (1995), *The Dictionary of Feminist Theory*, London, Prentice Hall e Harvester Wheatsheaf.
- Lister, Ruth (1997), *Citizenship – Feminist Perspectives*, New York, New York University Press.
- Nascimento, Janaína Xavier (1997), Sujeitos Colectivos: praxis e mudança. Em *Encontro Nacional da ANPUR*, Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais: desafios ao planeamento, Recife, UFPE.
- Mouffe, Chantal (1999), *El retorno de lo político. Comunidad, ciudadanía y democracia radical*, Barcelona-Buenos Aires, Paidós.
- Nogueira, Conceição. (2001a), *Um novo olhar sobre as relações sociais de género – feminismo e perspectivas críticas na psicologia social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nogueira, Conceição (2001b), Construcionismo Social, discurso e género. *Psicologia, Sexo e Género*, vol.XV, nº1,43-65.